

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

PEDAGOGO



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

Tipo 1 – BRANCA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Um anúncio de imóveis dizia:

“Galpões em condomínio para locação:

- * 500m da Linha Vermelha
- * Restaurante 24 horas
- * Segurança privada 24 horas
- * Módulos a partir de 2.300 m²
- * 7.500 m² de estacionamento”

O anúncio citado mostra um conjunto de vantagens para o comprador; entre as vantagens oferecidas só NÃO está presente:

- (A) alimentação saudável;
- (B) segurança permanente;
- (C) módulos de várias dimensões;
- (D) disponibilidade de estacionamento;
- (E) facilidade de acesso.

2

O jornal *O Globo* de 10/10/2018 informava o seguinte:

“Relatório do FMI divulgado ontem diz que, excluindo a Venezuela, em grave crise, o Brasil será o país emergente com a maior dívida bruta em relação ao PIB, 90,5%, em 2019”.

A informação correta passada ao leitor é:

- (A) a crise econômica do Brasil é a mais grave do continente;
- (B) a crise na Venezuela é causada por sua dívida bruta em relação ao PIB;
- (C) a informação veiculada pelo jornal não é confiável em função de ter sido divulgada pelo FMI;
- (D) o conteúdo semântico do advérbio “ontem” depende da data da publicação do jornal;
- (E) o segmento “em grave crise” se refere ao Brasil e à Venezuela.

3

O cartaz publicitário de um evento de moda no Rio de Janeiro mostrava o seguinte:

VESTE-RIO

A MODA AQUI É FAZER NEGÓCIO

A frase *A moda aqui é fazer negócio* tem sua originalidade apoiada no(na):

- (A) emprego de linguagem não figurada;
- (B) duplicidade de sentido da palavra “moda”;
- (C) utilização de linguagem coloquial;
- (D) inversão dos termos sintáticos da frase;
- (E) uso de erro gramatical intencional.

4

O evento citado na questão anterior teria seu horário de funcionamento indicado de forma correta na seguinte alternativa:

- (A) de 12h às 20 horas;
- (B) das 12h a 20 horas;
- (C) das 12hs às 20hs;
- (D) das 12h às 20 horas;
- (E) de 12hs a 20 horas.

5

Uma entrevista com o economista-chefe do Banco Interamericano de Investimento registrou o seguinte diálogo:

Entrevistador: O que os americanos podem querer do Brasil?

Economista: Obviamente, lhes interessaria ter melhor acesso à maior economia da América Latina. O Brasil tem uma enorme complementaridade com a economia americana, em especial no setor industrial.

O economista entrevistado dá uma resposta política à pergunta feita; a marca dessa preocupação está em:

- (A) declarar que o Brasil é a maior economia da América Latina;
- (B) informar a complementaridade das economias;
- (C) destacar a importância das negociações no setor industrial;
- (D) reconhecer que os EUA têm pouco acesso à economia brasileira;
- (E) mostrar a preocupação americana com nosso país.

6

Num evento cujo tema era a Educação, um economista norte-americano disse:

“O crescimento econômico depende da qualificação da população. Se as escolas tiverem melhorias, os ganhos serão imensos”.

Sobre o conteúdo desse fragmento, é correto afirmar que:

- (A) o ponto de vista defendido pelo economista tem relação direta com a sua nacionalidade;
- (B) o segundo período do texto diz, em outras palavras, que a qualificação da população depende do crescimento econômico;
- (C) no segmento “qualificação da população”, o termo “da população” funciona como agente do termo anterior;
- (D) a primeira oração do segundo período do texto mostra a condição de os ganhos serem imensos;
- (E) o último período do texto mostra uma certeza futura.

7

No mesmo encontro sobre Educação, uma representante brasileira declarou:

“A sociedade civil precisa exigir ensino de qualidade. Foi assim para acabar com a inflação, depois com a corrupção e agora deve ser com a melhoria da educação”. (Priscila Cruz)

Considerando-se o fragmento como argumentativo, sobre os componentes desse fragmento, é correto afirmar que:

- (A) as mudanças essenciais para a sociedade brasileira partem sempre de autoridades competentes;
- (B) o segundo e último período do segmento funciona como argumento na defesa do pensamento do período anterior;
- (C) a inflação e a corrupção servem de exemplo de momentos em que a sociedade civil agiu emocionalmente;
- (D) ensino de qualidade é a condição de acabar-se com a inflação e com a corrupção;
- (E) segundo o texto, a melhoria da educação é um objetivo anterior ao combate à inflação e à corrupção.

8

Os dois segmentos citados nas questões 6 e 7 mostram o seguinte ponto em comum:

- (A) a crítica às autoridades educacionais;
- (B) o diagnóstico preciso de algumas falhas na educação;
- (C) a preocupação com a melhoria na educação;
- (D) a indicação de que nosso sistema educacional é excludente;
- (E) a previsão de problemas futuros na nossa educação.

9

Uma notícia publicada em jornal carioca trazia o seguinte texto:

“Pacientes em risco por impasse do governo

Remédio para doença rara está retido no aeroporto de Brasília há um mês, por desentendimento burocrático entre a Anvisa e o Ministério da Saúde; carregamento, importado dos Estados Unidos, é avaliado em R\$84,5 milhões”.

A condenação maior dessa notícia se dirige ao(à):

- (A) corrupção das autoridades;
- (B) descaso do governo;
- (C) burocracia exagerada;
- (D) falta de planejamento governamental;
- (E) legislação ultrapassada.

10

“Saiba identificar notícias que possam ser falsas

Procure sinais que te ajudem a julgar se uma informação é falsa. Por exemplo: mensagens encaminhadas de fonte desconhecida, falta de evidências ou mensagens cujos únicos propósitos é o de irritar e incitar violência. Estes são sinais claros de que uma história pode não ser verdadeira. E lembre-se: fotos, vídeos e até áudios podem ser manipulados para tentar te enganar”.

Esse texto, de uma campanha do WhatsApp contra notícias falsas, mostra um erro de norma culta no seguinte termo sublinhado:

- (A) o pronome “te” deveria ser substituído por “o”;
- (B) “fonte desconhecida” é redundância desnecessária;
- (C) “cujos únicos propósitos é” deveria passar para o plural;
- (D) “Estes” deveria ser substituído por “Esses”;
- (E) “podem ser” deveria ser alterado para “são”.

11

“Saiba identificar notícias que possam ser falsas”.

Sobre as formas verbais desse segmento que serve de título para o texto da questão anterior, é correto afirmar que:

- (A) a forma do imperativo “saiba” indica ordem;
- (B) a forma “saiba identificar” indica a existência de duas orações;
- (C) a forma “possam ser” indica a existência de duas orações;
- (D) as formas “identificar” e “ser” mostram modos diferentes;
- (E) a forma do subjuntivo “possam” indica um fato possível.

12

Uma das dicas, publicadas na revista Ela (outubro 2018), sobre manter a geladeira organizada dizia:

“Potes de vidro transparentes e em formatos quadrado e retangular, para encaixar nos cantos da geladeira, são os melhores para guardar as sobras de comida. Ainda indico etiquetar o que tem em cada um e o dia em que foi preparado”. (Márcia Primo Costa)

A mesma estrutura do segmento “formatos quadrado e retangular” aparece em:

- (A) alunos da primeira e segunda séries;
- (B) as bandeiras brasileira e francesa;
- (C) livros úteis e interessantes;
- (D) atores e atrizes participantes;
- (E) bons vinhos e licores.

13

No mesmo texto da questão anterior, os termos que estão em perfeito paralelismo são:

- (A) transparentes / em formatos;
- (B) encaixar / etiquetar;
- (C) cantos da geladeira / sobras de comida;
- (D) o que tem em cada um / o dia em que foi preparado;
- (E) para encaixar / para guardar.

14

A propaganda do relógio Rolex GMT-MASTER II diz o seguinte:

“Criado para exibir a hora em dois fusos horários ao mesmo tempo, é perfeito para navegar pelo mundo com estilo. Não marca apenas o tempo. Marca a História”.

O texto publicitário destaca como maior ponto de interesse do relógio:

- (A) a aplicabilidade em situações diversas;
- (B) a perfeição tecnológica do produto;
- (C) as vantagens sobre produtos semelhantes;
- (D) a sua durabilidade histórica;
- (E) a sofisticação mostrada pelo usuário.

15

“Por lei, as empresas não podem fazer restrições por gênero, raça, idade ou qualquer tópico que gere discriminação, conforme a Constituição. Por isso, a injustiça na seleção geralmente é velada”.

Desse fragmento, retirado de um texto jornalístico sobre seleção de candidatos a emprego, infere-se que:

- (A) as empresas respeitam os princípios constitucionais;
- (B) algumas discriminações podem ser aceitas sem penalidades;
- (C) os contratantes temem as penas legais contra a discriminação;
- (D) é razoavelmente justo haver discriminação em alguns casos;
- (E) as restrições por gênero, raça e idade estão citadas em ordem de importância.

16

“Políticos que não conseguiram se reeleger mergulham em suas reflexões sobre os motivos que os levaram à derrota. Algo os une: a surpresa com o resultado e a crença de que os institutos de pesquisa falharam em medir o desejo por renovação expresso pelos eleitores nas urnas”.

(O Globo, 14/10/2018)

As reflexões que unem os derrotados mostram:

- (A) a não inclusão de razões pessoais para o fracasso;
- (B) a conscientização prévia da possibilidade de derrota;
- (C) a atribuição da derrota aos institutos de pesquisa;
- (D) a amargura diante da ingratidão dos eleitores;
- (E) o medo da onda renovadora da população.

17

“O problema da mortalidade materna vergonhosa no Brasil não é a taxa de cesariana dita alta. Isso é provado por ser praticamente zero a taxa de mortes em clínica privada, onde os números beiram 90% de cesarianas. Os problemas são as maternidades sucateadas, a troca de obstetras por pessoal de enfermagem para economizar e a corrupção”.

Esse texto faz parte de uma carta de um leitor para o jornal *O Globo*, publicada em 14/10/2018.

A posição do leitor diante da mortalidade citada é:

- (A) condenar o alto número de cesarianas realizadas;
- (B) indicar a cesariana como processo seguro;
- (C) protestar contra o abandono da saúde pública;
- (D) reprovar políticos pelos atos de corrupção praticados;
- (E) indicar caminhos para a mudança da grave situação.

18

“O problema da mortalidade materna vergonhosa no Brasil não é a taxa de cesariana dita alta”.

A única afirmação inadequada em relação a essa frase inicial da carta do leitor citada na questão anterior é:

- (A) o “problema” é o grande número de mortes em partos no Brasil;
- (B) “mortalidade materna vergonhosa” alude ao grande número de filhos de pais desconhecidos;
- (C) “não é” contraria uma opinião difundida;
- (D) “dita” mostra um distanciamento do autor da carta;
- (E) “mortalidade materna” se refere exclusivamente à morte das mães, e não dos bebês.

19

Em artigo sobre dificuldades do comércio varejista, aparece o seguinte texto:

“Numa via que corre em paralelo ao caminho das recuperações judiciais e extrajudiciais, pequenas e médias empresas com dificuldade de caixa estão recorrendo à sua rede de fornecedores como fonte de financiamento para manutenção de suas atividades. Alternativa à inadimplência formal ou mesmo ao fechamento do negócio, esses comerciantes discutem diretamente com a indústria o parcelamento ou o adiamento de pagamentos e débitos”.

Tratando-se de artigo sobre o comércio, é natural que traga vocábulos e expressões desse campo semântico específico.

A alternativa abaixo que NÃO confirma essa afirmação é:

- (A) corre em paralelo;
- (B) recuperações judiciais e extrajudiciais;
- (C) dificuldade de caixa;
- (D) inadimplência formal;
- (E) pagamentos e débitos.

20

“O Museu Nacional anunciou, nesta sexta-feira (19), que conseguiu resgatar o crânio de Luzia, o fóssil humano mais antigo das Américas. A peça é uma das mais emblemáticas do acervo incendiado em 2 de setembro. O crânio foi encontrado fragmentado, mas a restauração é possível, segundo os cientistas. A reconstrução depende de repasse de verba do Governo Federal para reabrir o laboratório do museu, que é gerido pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)...”

(UOL Notícias, 20/10/2018)

A importância do achado se deve ao fato de:

- (A) tratar-se de uma das poucas peças recuperadas do incêndio;
- (B) permitir a continuidade das pesquisas;
- (C) haver possibilidade de completa restauração;
- (D) representar uma peça emblemática do museu;
- (E) ser um dos fósseis mais antigos das Américas.

Noções de Direito Público

21

Como consequência da precariedade do sistema de educação, da concentração de renda e do déficit habitacional, o processo de exclusão social pode ser evidenciado nos Municípios pelo aumento da população em situação de rua.

O poder público encontra grande dificuldade para atuar nesse tema, mas é certo que qualquer política pública adotada deve se pautar pelo respeito ao princípio constitucional fundamental da:

- (A) intervenção do Estado no âmbito nacional e em suas relações internacionais, para erradicação da pobreza global;
- (B) tutela aos valores sociais do trabalho e da vedação à livre iniciativa, para garantir a soberania do Estado democrático;
- (C) dignidade da pessoa humana, considerado o núcleo essencial do constitucionalismo moderno;
- (D) proteção aos hipossuficientes, que possuem gratuidade na habitação coletiva, no transporte público e no sistema de saúde;
- (E) internação compulsória, como regra, de pessoas que permaneçam em via pública por mais de 48 horas.

22

No ano em que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, completa 30 anos, merece especial homenagem o título que trata dos direitos e garantias fundamentais.

Nesse sentido, o texto constitucional dispõe que é:

- (A) permitida a manifestação do pensamento, sendo fomentado o anonimato, para se evitem retaliações;
- (B) vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- (C) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- (D) inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo fomentada atividade política e partidária nos cultos religiosos;
- (E) assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o resguardo do sigilo da fonte, inclusive quando necessário ao exercício profissional.

23

Em matéria de organização político-administrativa dos entes federativos, a Constituição da República de 1988 estabelece que compete aos Municípios:

- (A) cuidar privativamente da saúde e assistência pública, da proteção e garantia dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, e legislar sobre seguridade social;
- (B) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- (C) editar legislação concorrentemente com os Estados sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- (D) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, com prévia participação da sociedade civil;
- (E) legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, com ampla participação da sociedade civil, inclusive por meio de audiências públicas.

24

A Constituição da República de 1988 dispõe que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e as ações governamentais afetas a essa área serão organizadas com base em algumas diretrizes, como a:

- (A) habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, com emprego dos recursos necessários da área social e de saúde, e a segregação dessas pessoas à vida comunitária;
- (B) adesão prévia obrigatória ao regime geral de previdência, de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema;
- (C) centralização político-administrativa, cabendo a coordenação e normas gerais aos Municípios, e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e federal;
- (D) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- (E) obrigatoriedade, aos Municípios e Estados, de vinculação a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco por cento de sua receita tributária líquida.

25

Agentes públicos municipais realizam vistorias e fiscalizações em casas e comércios da cidade, com o objetivo de eliminar os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, que causa doenças como dengue, chikungunya e zika.

A política pública descrita está calcada no poder administrativo que consiste na atividade da administração pública, que se expressa por meio de seus atos concretos, de condicionar a propriedade dos indivíduos, mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas, chamado poder:

- (A) disciplinar, que estabelece regras gerais para o uso da propriedade privada;
- (B) hierárquico, que se evidencia pela superioridade administrativa e funcional dos agentes da área da saúde;
- (C) regulamentar, que fixa normas aplicáveis em casos concretos e predeterminados em matéria de saúde pública;
- (D) de polícia, que está calcado no fundamento da supremacia geral do interesse público;
- (E) normativo, que excepciona os agentes de segurança pública, em qualquer hipótese, a observar a inviolabilidade domiciliar.

26

Serviço público é toda atividade executada de forma direta ou indireta pelo Estado e usufruída pelos cidadãos, gozando de prerrogativas decorrentes da supremacia do interesse público.

Dentre os princípios específicos do serviço público, o ordenamento jurídico estabeleceu o da:

- (A) modicidade das tarifas, segundo o qual o serviço público deve ser prestado aos hipossuficientes de forma gratuita e universal;
- (B) pessoalidade, segundo o qual o serviço público deve ser prestado em benefício a um círculo social previamente definido em lei;
- (C) continuidade, segundo o qual o serviço público, em regra, não deve sofrer interrupções e deve ser prestado de forma permanente;
- (D) isonomia formal, segundo o qual o preço público cobrado para prestação do serviço deve ter valor progressivo, de acordo com a capacidade contributiva do usuário;
- (E) onerosidade, segundo o qual o serviço público é remunerado mediante tarifa e, em caso de inadimplemento do usuário, pode ser suspenso independentemente de aviso prévio.

27

João e José, respectivamente diretor e professor de escola municipal, presenciaram, no interior da unidade escolar, a genitora do aluno Davi, de 8 anos, praticar atos de maus-tratos contra a criança. Imediatamente, os agentes públicos municipais elaboraram certidão narrando os fatos e comunicaram às autoridades competentes.

O ato administrativo praticado por João e José possui o atributo da:

- (A) presunção de veracidade de seu conteúdo, que admite prova em sentido contrário;
- (B) executoriedade, que possibilita ao diretor destituir imediatamente o poder familiar da genitora de Davi;
- (C) autotutela, que permite ao diretor decretar a inversão da guarda do menor;
- (D) imperatividade, que produz efeitos somente após a confirmação pela autoridade judiciária;
- (E) precaução, que objetiva provocar o conselho tutelar a decretar a prisão da genitora de Davi.

28

Licitação pode ser conceituada como o procedimento administrativo destinado à escolha de pessoa a ser contratada pela Administração Pública ou a ser beneficiada por ato administrativo singular, no qual são assegurados tanto o direito dos interessados à disputa, como a seleção do beneficiário mais adequado ao interesse público.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico estabelece como princípio específico da licitação o:

- (A) da seleção da proposta mais célere para a Administração Pública;
- (B) do tratamento diferenciado de natureza comercial e trabalhista entre empresas brasileiras e estrangeiras;
- (C) da prioridade para sociedades anônimas;
- (D) do julgamento subjetivo do certame;
- (E) da vinculação ao instrumento convocatório.

29

Maria deu entrada em requerimento administrativo de internação de sua mãe, Ângela, de 95 anos, em instituição municipal de longa permanência para idosos, alegando apenas sua avançada idade. Após estudo técnico feito pela equipe multidisciplinar do Município (com psiquiatra, psicólogo e assistente social), verificou-se que a idosa Ângela está em pleno gozo de sua capacidade civil, com boas condições de saúde e consegue gerir adequadamente seus proventos de aposentadoria.

Assim sendo, o agente público competente indeferiu o pedido de acolhimento da idosa, eis que os requisitos legais não estavam presentes, praticando um ato:

- (A) jurídico disciplinar, pois o agente público aplica a sanção disciplinar de internação quando há infração à lei;
- (B) jurídico declaratório, pois o agente público tem o poder-dever de declarar a sanidade mental dos cidadãos;
- (C) jurisdicional plural, pois vários agentes públicos contribuíram para o ato;
- (D) administrativo vinculado, pois o agente seguiu os ditames previstos em lei, sem margem discricionária de escolha;
- (E) administrativo hierárquico, pois o agente público está em situação hierarquicamente superior ao particular.

30

Em matéria de orçamento público, observe os conceitos das principais leis que formam seu tripé.

I. Estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte e, para tal, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar, traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes, autoriza o aumento das despesas com pessoal etc;

II. Define o planejamento que indica quanto e onde gastar o dinheiro público no período de um ano, com base no valor total arrecadado pelos impostos;

III. Dispõe sobre o planejamento de médio prazo, identificando as prioridades para o período de quatro anos e os investimentos de maior porte.

As leis definidas acima são chamadas, respectivamente, de:

- (A) Lei Tributária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual;
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual;
- (C) Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (D) Plano Plurianual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- (E) Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Conhecimentos Específicos**31**

A questão social esteve ausente das formulações de políticas públicas no país. Por esse motivo, a construção do direito à Assistência Social é recente. A chamada “Constituição Cidadã” de 1988 se apresenta como um grande marco ao conferir, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e da previdência social, o tripé da seguridade social.

A partir da Constituição, em 1993 se dá a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, que estabelece normas e critérios para a organização da assistência social.

A Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, em seu artigo 1º, afirma ser a assistência social:

- (A) direito do país/Estado e dever do povo;
- (B) direito do patrão e dever do cidadão;
- (C) direito do cidadão e dever do Estado;
- (D) direito do país/Estado e dever do patrão;
- (E) direito do Estado e dever do cidadão.

32

É um dos objetivos da assistência social, contido no artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, a garantia do benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, correspondente ao seguinte número de salários-mínimos:

- (A) um;
- (B) dois;
- (C) três;
- (D) quatro;
- (E) cinco.

33

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no capítulo que trata do direito à convivência familiar e comunitária, ressalta que toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada:

- (A) dois meses;
- (B) três meses;
- (C) seis meses;
- (D) nove meses;
- (E) dez meses.

34

Uma das atribuições da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), no âmbito do SUAS NITERÓI, é:

- (A) estabelecer critérios e condicionalidades para acesso aos projetos e programas ofertados;
- (B) elaborar diagnósticos, estudos, normas e projetos de interesse da assistência social;
- (C) promover atividades participativas e de controle social, estimulando usuários e familiares;
- (D) efetuar o pagamento dos auxílios natalidade, funeral e reclusão;
- (E) buscar estabelecer parcerias público-privadas para executar programas educacionais.

35

A gestão integrada de serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS tem como um dos objetivos gerais pactuar, entre os entes federados, os procedimentos que garantam a oferta prioritária de serviços socioassistenciais para:

- (A) comunidades e instituições;
- (B) indivíduos e instituições protetoras;
- (C) comunidades cuidadoras e instituições;
- (D) indivíduos e famílias beneficiárias;
- (E) instituições e famílias cuidadoras.

36

De acordo com a Lei nº 3.263 de 16 de Janeiro de 2017, o SUAS NITERÓI considerará, para implementação e aplicação de sua política, as especificidades das dimensões:

- (A) étnico racial, de gênero, de diversidade sexual, religiosa e cultural;
- (B) política, histórico-social, financeira, religiosa e técnica;
- (C) acadêmica, religiosa, cultural, social e subjetiva;
- (D) pessoal, subjetiva, profissional, social e financeira;
- (E) de classe, de foro íntimo, de etnia, de gênero e profissional.

37

A concessão de benefícios eventuais deve levar em consideração os adventos de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, que podem decorrer do(a):

- (A) discriminação por raça ou orientação sexual;
- (B) dependência de crack;
- (C) estigma e preconceito em função de doenças infecciosas;
- (D) ausência de documentação;
- (E) desemprego.

38

É objetivo dos espaços socioeducativos no que se refere aos jovens em situação de conflito com a lei:

- (A) apresentar novas formas de convivência;
- (B) o acolhimento por uma equipe psicossocial;
- (C) reeducar, visando à cidadania;
- (D) trabalhar, juntamente com as famílias, para sua recuperação;
- (E) oferecer educação continuada com vistas à profissionalização.

39

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a educação deverá vincular-se ao:

- (A) trabalho e à teoria;
- (B) esforço individual e coletivo;
- (C) setor econômico e social;
- (D) mundo do trabalho e à prática social;
- (E) âmbito nacional e internacional.

40

Com o decorrer dos anos, a educação tem assumido múltiplas e complexas tendências educacionais como correntes teóricas e alternativas metodológicas.

Dentro da perspectiva de uma educação para a cidadania, tem representado um desafio para todos os educadores da escola o(a):

- (A) Planejamento mensal da escola;
- (B) Projeto Político Pedagógico;
- (C) Censo escolar;
- (D) Projeto interescolar;
- (E) Filosofia da escola.

41

Uma das funções sociais da escola é a transmissão do conhecimento produzido historicamente e socialmente pela humanidade.

Eis uma função que se realiza em meio aos seguintes movimentos:

- (A) hegemônicos e contra-hegemônicos;
- (B) de ampliação e de universalização;
- (C) de fluxos e de influxos;
- (D) contraditórios e parciais;
- (E) de assistência e de acompanhamento.

42

O caráter político da educação é marcado por sua:

- (A) complementaridade;
- (B) neutralidade;
- (C) internacionalidade;
- (D) parcialidade;
- (E) não neutralidade.

43

Partindo do princípio de ser a educação uma estratégia para a superação humana, o compromisso do educador reside na ação contra um histórico processo de exclusão de grande parcela da população.

Nesse sentido, é correto afirmar que o compromisso social do educador é com:

- (A) a emancipação humana;
- (B) o repasse de conhecimentos;
- (C) o ensino de métodos e técnicas;
- (D) o desenvolvimento do raciocínio do aluno;
- (E) o alcance da maturidade intelectual.

44

A violência assola a sociedade brasileira dentro dos espaços educacionais. O bullying, termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados em uma relação desigual de poder, por um indivíduo ou grupo de indivíduos, causando dor e angústia, se apresenta como normalidade no convívio social.

É preciso um fazer pedagógico que tenha o objetivo de ensinar a todos e a cada um, pautado no respeito, direitos humanos, ternura, diálogo, solidariedade e esperança na busca do convívio promissor, orientador das energias vitais e cognitivas de alunos, professores, comunidades, grupos e famílias – sendo que estas devem ser o primeiro laboratório de resolução não violenta de conflitos – para o qual é necessário qualificar a capacidade de escuta e percepção dos valores envolvidos na comunicação.

Essa pedagogia já existe e é denominada pedagogia do(a):

- (A) aliança;
- (B) valoração;
- (C) avanço;
- (D) convivência;
- (E) pertinência.

45

A pedagogia social é um componente da Pedagogia que se responsabiliza diretamente pela inclusão das crianças e jovens, em situação de vulnerabilidade social, no universo escolar. Quanto mais a população de um país é entregue à própria sorte, maior se faz a necessidade de um fazer pedagógico voltado para a realidade das crianças e adolescentes expostos a todo o tipo de dificuldades oriundas de uma educação direcionada para um público com valores e necessidades bem diferentes.

Falamos sobre uma pedagogia com ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo educacional.

Então, é correto afirmar que a pedagogia social é uma pedagogia:

- (A) do passado;
- (B) da inclusão;
- (C) tradicional;
- (D) experimental;
- (E) consensual.

46

Os sujeitos em situação de vulnerabilidade são, geralmente, alvo de múltiplos vetores de exclusão.

A perspectiva interseccional aponta para práticas educacionais:

- (A) tradicionais;
- (B) corporativas;
- (C) inclusivas;
- (D) parciais;
- (E) domesticadoras.

47

A partir da metade do século XX, no Brasil, surgem novas teorias nas áreas da psicologia educacional, propondo que o conhecimento é construído em ambientes naturais de interação social, estruturados culturalmente.

São pais dessa teoria:

- (A) Piaget e Vygotsky;
- (B) Vygotsky e Luria;
- (C) Luria e Piaget;
- (D) Freire e Vygotsky;
- (E) Freire e Luria.

48

O dever do Estado com a educação escolar pública, segundo o disposto no art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), será efetivado, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de:

- (A) “vouchers” educacionais, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- (B) transporte, Bolsa Família, alimentação e assistência à saúde;
- (C) material didático escolar, programas de estágio remunerado, transporte e alimentação;
- (D) transporte, alimentação, Bolsa Permanência e assistência à saúde;
- (E) material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

49

A avaliação escolar muitas vezes é tratada como classificatória e a serviço da exclusão.

Como proposta de superação desse quadro, é necessário que ela seja um ato de:

- (A) reposição;
- (B) confirmação;
- (C) acolhimento;
- (D) pertinência;
- (E) oposição.

50

Durante o período de estágio supervisionado de um curso de Pedagogia, o supervisor solicitou que o estagiário produzisse um diário de formação, registrando a vivência em sala de aula no campo de estágio. Esse registro subsidiaria a discussão nos encontros semanais de supervisão.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), essa metodologia:

- (A) é inadequada porque expõe a instituição que é campo de estágio, à medida que registra o que acontece no seu interior;
- (B) é adequada, pois contribui para a formação do futuro pedagogo à medida que promove a associação entre teorias e práticas;
- (C) é inadequada, pois a produção de textos não deve ser uma exigência em estágios curriculares;
- (D) é inadequada, pois não pode ser utilizada como ferramenta de formação do estudante, já que a carga horária obrigatória de estágio destina-se a observar, planejar e ministrar aulas;
- (E) é adequada, pois atende ao objetivo de fornecer dados ao professor formador, possibilitando a condução de suas pesquisas individuais.

51

Para seu primeiro dia de aula, na turma do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, em sua primeira experiência enquanto docente, Mariana preparou uma atividade de integração que exigiria movimentação dos alunos na sala de aula.

Ao receber os alunos, a professora teve conhecimento de que um deles apresentava paralisia nos membros inferiores e fazia uso de cadeira de rodas.

Surpresa com a situação e baseada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a professora:

- (A) manteve a atividade com o restante da turma e solicitou que a família levasse o aluno usuário de cadeira de rodas de volta para casa, evitando-lhe constrangimento e exposição, o que é proibido, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (B) manteve a atividade, fazendo uma adaptação para que o aluno usuário de cadeira de rodas fosse incluído, possibilitando a interação com o restante do grupo, já que sua deficiência apenas o impedia de se locomover sem a cadeira de rodas;
- (C) manteve a atividade, mas retirou o aluno usuário de cadeira de rodas de sala, deixando-o sob a supervisão da secretária escolar;
- (D) manteve a atividade com o restante do grupo e ofereceu papel colorido, lápis de cor e giz de cera para o aluno usuário de cadeira de rodas, orientando-o a fazer um desenho sobre as férias;
- (E) suspendeu a atividade com todo o grupo e solicitou ao coordenador pedagógico que o aluno usuário de cadeira de rodas fosse transferido para outra turma.

52

No contexto escolar, a interdisciplinaridade pode ser vista como um instrumento de potencialização das práticas pedagógicas, já que:

- I. promove a integração entre várias disciplinas e campos de conhecimento, para a compreensão de um tema a ser estudado;
- II. mantém a relação de hierarquia entre as diferentes disciplinas, estando sempre uma a serviço das outras;
- III. tem como princípio a abordagem de um mesmo tema por diferentes disciplinas, sem a necessidade de trocas ou interligação entre elas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

53

A Educação tem sido cada vez mais considerada uma área-chave para enfrentar os problemas sociais da humanidade. Diante disso, o conceito de Educação tem sido ampliado e adjetivado: já não se restringe mais ao processo de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais e pode ser categorizado em educação formal, não formal e informal.

Para Maria da Glória Gohn, a educação não formal é a categoria central de trabalho de um educador social, já que:

- (A) tem como método básico a vivência e a reprodução do conhecido, a reprodução da experiência segundo os modos e as formas como foi apreendida e codificada;
- (B) os resultados acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente;
- (C) socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que frequentam ou a que pertençam por herança, desde o nascimento;
- (D) tem foco na aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normalizados por leis, dentre os quais destacam-se o de formar o indivíduo como um cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, fortalecer a criatividade, a percepção e a motricidade;
- (E) possui metodologias concebidas a partir da problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem com base nos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas, e não são dados *a priori*, mas geralmente construídos no processo.

54

O Projovem é destinado a jovens de 15 a 29 anos e tem o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento. Quanto aos valores dos benefícios variável e básico, previstos na Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, cabe considerar:

- I. O benefício variável é destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos, sendo pago até o limite de 3 benefícios por família.
- II. O valor do benefício variável é de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais).
- III. O benefício básico é concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

55

Considerando o protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2009), quanto ao Programa Bolsa Família – PBF e ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, é importante destacar que:

- (A) o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) são benefícios de assistência social;
- (B) o processo de acompanhamento das condicionalidades dos beneficiários do PETI e do PBF garante a interrupção do ciclo intergeracional da pobreza;
- (C) as famílias que recebem os benefícios e programas de transferência de renda, como o PBF e o PETI, não devem se constituir em público prioritário nos serviços socioassistenciais;
- (D) o descumprimento de condicionalidade do PBF e do PETI, para o SUAS, pode ser um indicativo de violações de direitos vivenciadas pela família, sendo inapropriada a análise por meio dos serviços da rede socioassistencial;
- (E) no acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação do PBF e do PETI são produzidas informações que permitem a construção de indicadores de vulnerabilidade e risco extremamente relevantes na identificação de famílias para o atendimento prioritário pelos serviços socioassistenciais.

56

Luana, de 10 anos, reside no Município de São Gonçalo com sua família, constituída por ela, o irmão José (3 anos) e sua mãe Isaura. Para prover o sustento da família, Dona Isaura trabalha como diarista em diferentes residências, de segunda a sábado. Luana, há algum tempo, vem se ausentando da escola para ficar com um grupo de crianças, em uma rua movimentada do bairro, fazendo malabares no sinal.

A direção da escola convocou então a presença da família na escola. Sem retorno, notificou a infrequência da criança ao Conselho Tutelar.

A medida de proteção cabível, nesse caso, seria encaminhamento ao:

- (A) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- (B) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;
- (C) Serviço de Acolhimento em República;
- (D) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- (E) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

57

Eduardo, 16 anos, cuja família é beneficiária do Programa Bolsa Família do Governo Federal, esteve em cumprimento de medida socioeducativa de internação, no ano passado, em um município.

Por determinação oficial do Poder Judiciário, o adolescente foi encaminhado pelo serviço especializado de assistência social, com base nos critérios de acesso, ao seguinte programa:

- (A) ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo;
- (B) ProJovem Urbano;
- (C) ProJovem Campo - Saberes da Terra;
- (D) ProJovem Trabalhador;
- (E) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI .

58

Conforme a Lei Municipal nº 3.263, de 16 de janeiro de 2017, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS é a “unidade pública de abrangência municipal ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial”.

Compete ao CREAS:

- (A) articular, no âmbito dos territórios, os serviços, benefícios, programas e projetos de proteção social básica e especial da SASDH, por meio dos coletivos territoriais;
- (B) atender às famílias com crianças, adolescentes e outros membros em acolhimento institucional e familiar;
- (C) trabalhar em estreita articulação com os demais serviços e equipamentos da rede socioassistencial do território;
- (D) assegurar acesso ao Cadastro Único a todas as famílias em situação de vulnerabilidade do território;
- (E) emitir laudos e pareceres sempre que solicitado pelo Sistema de Garantia de Direitos dentro do seu nível de proteção.

59

Constitui um dos objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na gestão das ações do seu âmbito, conforme a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011:

- (A) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- (B) a implementação da gestão do trabalho e da educação permanente na assistência social;
- (C) a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
- (D) a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- (E) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

60

O artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que o ensino público deverá ser ministrado com base na gestão democrática, dentre outros princípios, a partir das determinações da própria Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Considera-se que uma gestão democrática, no âmbito da escola, deve prever a elaboração de um Projeto Político Pedagógico – PPP que envolva os diferentes atores da comunidade escolar, devendo ser uma referência norteadora da ação educativa da escola.

Dessa forma, é correto afirmar que o PPP:

- (A) deve considerar a função social da educação e da escola e os anseios da comunidade escolar;
- (B) delega para os pais e outros funcionários da escola a função do professor de definir a prática pedagógica;
- (C) é um conjunto de planos e sugestões de membros da unidade escolar, que devem ser aceitos e incorporados, contemplando a perspectiva da gestão democrática;
- (D) poderá ser construído pela direção da escola e o coordenador pedagógico, sem necessidade de participação dos demais atores da comunidade escolar, já que pode ser atualizado a qualquer momento;
- (E) se constitui em um instrumento de controle das práticas pedagógicas, voltado para o cumprimento de normas técnicas, de aplicação de estatísticas e do alcance das metas definidas para a qualidade da educação.

61

Uma escola pública de atendimento ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, localizada em um centro urbano, inclui em seu planejamento anual a discussão sobre a constituição histórica da favela em que está situada. Uma das atividades previstas é um encontro com moradores antigos do local, a maioria avós de alunos, que viveram o processo de constituição local.

Essa proposta, no âmbito do currículo:

- (A) é respaldada pela liberdade conferida pela legislação aos sistemas de ensino, no que diz respeito à definição de conteúdos diversificados exigidos pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela;
- (B) cria desconformidade com o previsto na legislação sobre a autonomia dos sistemas de ensino e seus estabelecimentos escolares e sobre a definição dos currículos do Ensino Fundamental;
- (C) impede que as professoras incluam o conteúdo da atividade na avaliação bimestral, já que não faz parte da base nacional comum de currículo e, portanto, não pode ser uma cobrança nas avaliações;
- (D) desqualifica a atuação da escola por não ter como foco a apreensão de conteúdos estabelecidos pela base nacional de currículo;
- (E) é inadequada porque transfere para atores locais a responsabilidade de repasse de conteúdos, o que é função precípua do professor da turma.

62

A comunidade escolar de uma unidade de ensino da rede municipal reúne-se, anualmente, em assembleia para avaliar o trabalho realizado e organizar as ações e os projetos do ano seguinte.

Tal ação está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 12, que trata da elaboração do Projeto Político Pedagógico e prevê que os estabelecimentos de ensino:

- (A) respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- (B) terão total autonomia para elaborar e executar seu projeto político-pedagógico;
- (C) deverão elaborar e executar sua proposta pedagógica, mas esta deverá ser submetida e aprovada pelo órgão dirigente local;
- (D) terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica a cada início de ano letivo;
- (E) deverão promover assembleias anuais de avaliação e elaboração do projeto pedagógico com os professores e responsáveis pelos estudantes.

63

São princípios organizativos do SUAS, EXCETO:

- (A) universalidade;
- (B) gratuidade;
- (C) integralidade da proteção social;
- (D) intersetorialidade;
- (E) acolhimento.

64

De acordo com a NOB/SUAS 2012 e a Lei nº 8.742/1993 (LOAS), a concessão e a manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) é de responsabilidade:

- (A) da União;
- (B) dos Estados;
- (C) dos Municípios;
- (D) do Distrito Federal;
- (E) das Organizações Não Governamentais.

65

A competência para alimentar o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS é:

- (A) da União;
- (B) dos Estados;
- (C) do Distrito Federal;
- (D) dos Municípios;
- (E) das Organizações Não Governamentais.

66

Segundo as disposições contidas na Lei nº 8.742/1993 (LOAS), a assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

- I. proteção social básica;
- II. proteção social especial;
- III. vigilância tutelar.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

67

Em consonância com a Lei Municipal nº 3.263/2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Niterói – SUAS Niterói, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF deverá ser ofertado exclusivamente no(a):

- (A) CREAS;
- (B) SCFV;
- (C) PAEFI;
- (D) CRAS;
- (E) Serviço Especializado de Abordagem Social.

68

Segundo a Lei Municipal nº 3.263/2017, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade ofertará:

- I. Serviço de Acolhimento Institucional;
- II. Serviço de Acolhimento em República;
- III. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

69

Com relação à adoção, o ECA dispõe que:

- (A) é permitida a adoção por procuração;
- (B) o adotando deve contar com, no máximo, dezesseis anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes;
- (C) serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento;
- (D) podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil;
- (E) o adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando, exceto se o adotando expressamente der o seu consentimento sobre a adoção.

70

Em consonância com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), aos idosos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a partir de:

- (A) 60 anos;
- (B) 62 anos;
- (C) 65 anos;
- (D) 70 anos;
- (E) 75 anos.

Realização

